

**A DECADÊNCIA DE UMA UTOPIA: COLONIALISMO E OPRESSÃO
NO MICROCOSMO DO KIBUTZ – UM ESTUDO A PARTIR DA
OBRA *ENTRE AMIGOS***

**LA DECADENCIA DE UNA UTOPIA: COLONIALISMO Y OPRESIÓN EN EL
MICROCOSMA DEL KIBUTZ – ESTUDIO DEL LIBRO *ENTRE AMIGOS***

**THE DECAY OF A UTOPIA: COLONIALISM AND OPPRESSION
IN THE MICROCOSM OF THE KIBBUTZ – A STUDY BASED
ON THE NOVEL *BETWEEN FRIENDS***

THIAGO BARBOSA LACERDA¹

LUANA RENOSTRO HEINEN²

RESUMO: O artigo explora como a ideia utópica de sociedades baseadas em igualdade e cooperação, como é o caso dos kibutzim, pode ser complexa e contraditória. A partir da obra *Entre amigos*, Amós Oz analisa a vida nessas comunidades, revelando como a utopia pode ser ao mesmo tempo o motivo de um ambiente asfixiante e reprodutor da lógica colonial de opressão, perpassando a difícil relação entre judeus e árabes na Palestina. O trabalho tem a intenção de demonstrar como a literatura contribui para o debate do ponto de vista criminológico sobre as relações assimétricas desses ambientes e supressão de direitos e liberdades daí resultante, oferecendo uma perspectiva mais humana sobre questões como vitimologia, exclusão e colonialismo, por meio dos dramas pessoais ao invés de conceitos abstratos.

PALAVRAS-CHAVE: utopia; colonialismo; opressão; criminologia; kibutz.

RESUMEN: El artículo explora cómo la idea utópica de sociedades basadas en la igualdad y la cooperación, como es el caso de los kibutzim, puede resultar compleja y contradictoria. A partir de la obra *Entre amigos*, Amós Oz analiza la vida en estas comunidades, revelando cómo la utopía puede ser al mismo tiempo la razón de un entorno asfixiante y que reproduce la lógica colonial de opresión, permeando la difícil relación entre judíos y árabes en Palestina. El trabajo pretende demostrar cómo la literatura contribuye al debate desde un punto de vista criminológico sobre las relaciones asimétricas de estos entornos y la consiguiente supresión de derechos y libertades, ofreciendo una perspectiva más humana sobre temas como la victimología, la exclusión y el colonialismo, a través de dramas personales en lugar de conceptos abstractos.

PALABRAS CLAVE: utopía; colonialismo; opresión; criminología; kibutz.

¹ Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Graduado em Direito pelo Centro Universitário Tabosa de Almeida (Asces/Unita). Florianópolis (SC), Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2409-0568>. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5241881791713504>. E-mail: thiagolacerdah@yahoo.com.br.

² Doutora em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com período sanduíche na Université Paris-Ouest Nanterre la Défense. Mestre em Direito pela UFSC. Florianópolis (SC). Professora do Magistério Superior Adjunto A da UFSC. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9774-1352>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7671057803491130>. E-mail: luana.heinen@ufsc.br.

ABSTRACT: The article explores how the utopian idea of societies based on equality and cooperation, as is the case with kibbutzim, can be complex and contradictory. From the work *Between friends*, Amós Oz analyzes life in these communities, revealing how utopia can be at the same time the reason for an environment that is suffocating and reproduces the colonial logic of oppression, permeating the difficult relationship between Jews and Arabs in Palestine. The work intends to demonstrate how literature contributes to the debate from a criminological point of view on the asymmetrical relations of these environments and the resulting suppression of rights and freedoms, offering a more human perspective on issues such as victimology, exclusion and colonialism, through of personal dramas rather than abstract concepts.

KEYWORDS: utopia; colonialism; oppression; criminology; kibbutz.

1 INTRODUÇÃO

“Sonho hoje, carne e osso amanhã”, a máxima de Victor Hugo, que pretendia com sua obra transformar a sociedade – vide seu prefácio de *Os miseráveis* (Hugo, 2012) – pode parecer um tanto pretensiosa, mas representa uma certa ideia de texto literário como motor de transformação para realidades consideradas ideais. Não foram poucos os autores que construíram em suas ficções um mundo utópico governado pelo princípio da cooperação e aniquilamento das desigualdades (More, 2017; Campanella, 2022; Callenbach, 1975; Bacon, 1952; Bellamy, 1967; Piercy, 2022; Morris, 2019; Davidson, 2021). Desejo ancestral, incrustado no inconsciente coletivo desde que a humanidade se mostra como tal, calcada na assimetria, mas que ganhou força com o advento das ideias socialistas. Não apenas os literatos, obviamente, manifestaram sua insatisfação com a ordem vigente e imaginaram mundos melhores, mas estes, com sua aguçada sensibilidade, souberam dar vazão a esse sentimento através de histórias que potencializaram o alcance dessas ideias. Refletiram uma certa ousadia que é, para Calvino (1990, p. 129), característica única de obras literárias: “a excessiva ambição de propósitos pode ser reprovada em muitos campos da atividade humana, mas não na literatura. A literatura só pode viver se se propõe a objetivos desmesurados”.

Por certo que não existe uma literatura homogênea, maniqueísta, em que todos os escritores são bem-intencionados, muito pelo contrário, mas esse sentimento de inconformismo com a ordem social estabelecida encontrou diversas vozes ao longo do tempo, como bem observaram Zygmunt Bauman e Ricardo Mazzeo (2020, p.11):

Em numerosas ocasiões no passado, os autores de romances (como outros artistas visionários) foram os primeiros a mencionar e esmiuçar mudanças de curso ou novas tendências incipientes nos desafios que seus contemporâneos enfrentavam e se esforçavam por tratar; os romancistas conseguiram localizar e captar novas deflexões num estágio em que, para a maioria dos sociólogos, elas permaneciam despercebidas ou descartadas e negligenciadas em função de sua marginalidade e atribuição manifestamente irrevogável ao status de minoria.

As soluções encontradas para a criação desses lugares foram variadas como o é a imaginação e mostraram-se mais ou menos plausíveis de acordo com a época vivida. A abolição da propriedade privada, o fim da dicotomia entre cidade e campo, a criação de uma elite sábia e científica ou a inexistência de qualquer hierarquia, a eleição direta (uma insanidade na era do absolutismo) ou a ausência de governo, o rearranjo familiar, o fim da divisão de gêneros. A identificação das chagas da sociedade foram em geral o ponto de partida desse reimaginar, pois a cura de qualquer doença parte de onde dói. Os males causados pelo despotismo, o patriarcado ou o capital foram as bússolas apontando para onde as sociedades ideais não deveriam seguir.

Os kibutzim surgiram como uma dessas tentativas utópicas de renovação da sociedade. Fundamentadas em teorias socialistas trazidas com os refugiados e imigrantes judeus do leste europeu para a Palestina no início do século XX, essas pequenas comunidades estabeleceram um modelo de igualdade econômica dificilmente alcançado em outros locais. Tentaram abolir, de forma ousada, a desigualdade de gênero ao criar a Casa das Crianças, entendendo que o cuidado com os filhos não seria da mulher, mas de toda a comunidade, entre outras práticas que buscavam eliminar qualquer tipo de desigualdade. Em *Entre amigos*, Amós Oz transforma sua experiência no kibutz em uma representação dos indivíduos que ali vivem e as fronteiras, quase sempre fugidias, que separam suas vidas privadas à do grupo a que pertencem. Através de oito histórias de membros de uma dessas comunidades, irá refletir como o desejo da sociedade igualitária e livre se transformou em mais um ambiente asfixiante, reproduzidor de uma lógica colonialista que vigorou – e ainda vigora – na região palestina. Também é o kibutz um microcosmo onde se observa a complexa relação entre judeus e árabes na Palestina, um local de cruzamento entre duas populações que foram vítimas dos mesmos impérios e em que as definições de vítima e opressor não se amoldam facilmente aos conceitos simplistas.

A obra de Amós Oz é particularmente interessante a partir de um viés de estudo jurídico-literário, em especial no campo da criminologia, quanto ao debate dos crimes cometidos pelos grandes impérios e a vitimologia daí decorrente, em ciclo indefinido, no qual as vítimas reproduzem as mesmas práticas dos agressores. A perspectiva literária tem o potencial de maior sensibilização, na medida em que dá nome, sentimento e profundidade ao que poderiam ser apenas conceitos acadêmicos. Não substitui os relatos dos próprios sujeitos envolvidos nos conflitos, mas pode ser um canal para chegar até essas vozes, por vezes silenciadas. A complexa e dúbia relação existente entre refugiados, colonizados e colonizadores na região é melhor compreendida a partir dos dramas pessoais. A obra é original para uma análise criminológica e crítica por partir não de um ponto de vista do estado de Israel ou da população palestina, mas de grupos alternativos, que surgiram como uma proposta de comunidade autônoma e igualitária, avessa à estrutura clássica de organização social, intermediados pela ótica literária de Oz.

Para essa abordagem, o trabalho irá utilizar uma metodologia de revisão bibliográfica, considerando como guia metodológico, em especial, a abordagem do *Direito na Literatura* (Karam, 2017), mas não apenas a mera representação jurídica na obra literária. A pesquisa considera a existência do contínuo ideológico entre as duas áreas (Ghirardi, 2020), procurando demonstrar esse substrato comum por meio das ideias utópicas de sociedade e também as implicações daí resultante, como representado na experiência social do kibutz e por meio do texto de Amós Oz. Inicialmente será analisado como a literatura pode contribuir para uma pesquisa crítica da criminologia, considerando seu potencial de visibilizar realidades pouco exploradas de um ponto de vista dos indivíduos. Em seguida, apresentar a obra *Entre amigos*, seu pano de fundo histórico e características narrativas que permitem uma análise de temas relevantes no escopo da criminologia. Por fim, será examinado como a obra aborda temas como vitimologia, igualdade, exclusão e colonialismo, que estão intimamente relacionados ao contexto de danos e crimes sofridos tanto por refugiados judeus como árabes.

2 LITERATURA, CRIMINOLOGIA CRÍTICA E AS REALIDADES INVISÍVEIS

A Literatura, como uma expressão artística que é, tem uma capacidade transdisciplinar peculiar (Barthes, 2013). Pode tratar de qualquer tema sem estar restrito aos rigores acadêmicos, como afirma Barthes (2013, p. 19): “faz girar os saberes, não fixa, não fetichiza nenhum deles; ela lhes dá um lugar indireto, e esse indireto é precioso”. Embora trabalhe com a ficção na maior parte das vezes, reflete as perplexidades comuns a uma época e lugar com o potencial de transmitir realidades universais, ou seja, experiências humanas e sociais que encontram paralelo em diversos contextos, como a realidade da guerra e os efeitos dos regimes totalitários nos indivíduos. Aliás, talvez essa seja uma de suas maiores vantagens, o livre trânsito através das barreiras. Segundo Ramiro (2022, p. 5), há “um potencial criador e crítico da literatura, e tal ponto de vista parece poder ser aproveitado no âmbito da tradição jurídica”. O crítico literário Auerbach (2021), em sua obra *Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental*, destaca como a literatura influenciou as transformações geopolítica durante vários séculos. analisa essa potencialidade, demonstrando como a produção literária moldou o pensamento do chamado mundo ocidental. Como exemplo da teoria de Auerbach, seria possível citar inúmeros trabalhos apontando a influência dos romances de Dostoiévski em áreas como filosofia e psicologia (Amaral, 2016; Bittencourt, 2010; Coelho, 2011; Souza, 2010).

Foi com esse pensamento que Lynn Hunt (2009) investigou a relação entre história, direito e literatura na gênese de transformações históricas importantes. No livro *A invenção dos Direitos Humanos*, a autora estudou como os romances literários da segunda metade do

século XVIII moldaram o pensamento não apenas da França, mas da Europa como um todo, pavimentando o caminho para a revolução francesa. Também Bruner (2002) faz um apanhado da relação da literatura com mudanças importantes na história norte-americana, como a guerra civil e o fim do segregacionismo.

Dada essa amplitude da construção literária, sua capacidade de influência e natureza crítica, também a criminologia pode ser enriquecida a partir de uma abordagem literária. Nesse sentido é que Kostenwein (2021) defende que, considerando a criminologia como uma linguagem, Kafka poderia ser aceito também como um criminólogo, já que este “trabalha sobre questões semelhantes, até mesmo as mesmas que Beccaria, Lombroso, Wilson ou Pavarini”. Agozino (2004), por sua vez, observa a importância da literatura africana na contribuição dos estudos criminológicos do ponto de vista do sul global. Ele cita o discurso de aceitação do Nobel por Wole Soyinka (1986), escritor nigeriano, como tendo um conteúdo criminológico mais apurado do que muitos autores acadêmicos da área. Em sua fala na premiação, Soyinka faz uma relação entre a expressão artística como uma fonte de resistência da memória ante os crimes estatais, apontando a literatura – e a arte em geral – como uma maneira de denunciar as atrocidades, mas também correndo o risco de ser apenas um produto desse meio opressor: “essa sensação de perenidade pode servir tanto como um exorcismo, um certificado de libertação, quanto [...] um entorpecente” (Soyinka, 1986).

É Agozino (2004) também que fala sobre essa contribuição da literatura para a criminologia em um contexto em que trata da necessidade de alterar a visão eurocêntrica do conhecimento criminológico que, assim como outras ciências, estigmatizaram o oriente e o sul global como um todo. A estigmatização se deu a partir da construção desse mundo bipolar, a partir da figura antagonista de um oriente exótico, hostil, bárbaro. Edward Said (2007) irá desnudar essa invenção do oriente, muito apropriada ao colonialismo, em sua obra clássica *Orientalismo: o oriente como uma invenção do ocidente*, fundamental para o pensamento decolonial. Said, aliás, é exemplo de como o campo literário é capaz de aprofundar essa percepção, pois “suas obras destacam-se pela erudição e pelo diálogo com a literatura” (Da Silva, 2016, p. 282).

É assim que a literatura emerge com o potencial de romper essa barreira construída em torno de um mundo invisível, escondido por trás de um orientalismo oportuno, aparentemente tão distante do civilizado norte global. O escritor Amós Oz revela essa intenção em seus livros, aproximar realidades inalcançáveis, até mesmo para quem visita o chamado oriente. Pois o roteiro turístico é também uma ficção, forjada para fins capitalistas e, diferentemente da boa literatura, pode não proporcionar o intercâmbio verdadeiro com a realidade local. Nas palavras do autor,

Ler boa literatura é também um maravilhoso substituto para as viagens. Quando você compra uma passagem e viaja a outro país, normalmente vê monumentos, museus, sítios históricos, paisagens. Mas quando você lê um romance de outro país, é convidado a entrar na casa das pessoas, visita a cozinha e até os quartos. Às vezes, para conhecer outro povo, é melhor ler um livro do que comprar uma passagem (Oz, 2011).

Foi através dos livros que muitas violações de direitos humanos, como sistemas de apartheid, genocídios e extermínios em massa, ocorridos nos “subúrbios do mundo” alcançaram lugares de outra forma inatingíveis. Não é à toa que escritores que furaram o bloqueio existente também na literatura, ao ganhar o prêmio Nobel, aproveitaram seus discursos para enfatizar o conteúdo crítico e criminológico de suas obras.

Wole Soyinka, citado por Agozino (2004), foi o primeiro escritor africano a receber o prêmio, em 1986. Suas obras são marcadas por questões relacionadas aos crimes e herança nefasta deixada pelo colonialismo britânico na Nigéria. Em seu discurso de aceitação do prêmio, percebe-se a relevância de sua obra não apenas para leitores distantes, mas para seu próprio povo, para quem parte dessa história de crimes permanece invisível:

No entanto, as ruas ainda carregam os nomes de antigos opressores, suas estátuas e outros símbolos de subjugação são deixados para decorar suas praças [...] E as bibliotecas permanecem não purgadas, permitindo que novas gerações naveguem livremente pelas obras de Frobenius, Hume, Hegel, ou Montesquieu e outros sem antes se deparar, recém-carimbado na folha de rosto: AVISO! ESTA OBRA É PERIGOSA PARA SUA AUTOESTIMA RACIAL (Soyinka, 1986).

O mesmo ocorre com Gabriel García Marquez, que intitulou seu discurso de aceitação do prêmio Nobel de *A solidão da América Latina*. Em uma fala pungente, o autor colombiano fala das primeiras impressões que os colonizadores europeus tiveram do continente americano, descrevendo-o de forma fantástica e de como a realidade latino-americana tornou-se tragicamente fantástica como consequência dessa colonização:

Não temos tido sequer um minuto de sossego. [...] Já ocorreram cinco guerras e dezessete golpes militares; surgiu um diabólico ditador que está realizando em nome de Deus o primeiro etnocídio da América Latina de nosso tempo. Nesse ínterim, 20 milhões de crianças latino-americanas morreram antes de completar um ano de vida – mais do que as que nasceram na Europa desde 1970. [...] O país que se poderia criar com todos os exilados e emigrantes forçados da América Latina teria uma população maior que a da Noruega. [...] A interpretação de nossa realidade em cima de padrões que não são os nossos serve apenas para nos tornar ainda mais desconhecidos, ainda menos livres, ainda mais solitários. [...] as incomensuráveis violência e dor de nossa história são o resultado de antigas iniquidades e amarguras caladas (Marquez, 1982).

Autores como Gabriel García Marquez e Wole Soyinka retiraram o véu de suas realidades através da literatura e graças a ela não apenas acadêmicos, mas a população em geral, pode conhecer o que se passa na África ou na América Latina, sem os filtros do orientalismo colonial.

3 ENTRE AMIGOS: ENREDO E SIMBOLOGIA

As oito histórias que compõem o romance *Entre amigos* têm como cenário o kibutz fictício Ikhat, localizado no então estado de Israel, durante a década de 1950. Embora as narrativas sejam autônomas, os personagens se entrecruzam nos diversos capítulos, já que todos fazem parte da mesma comunidade. Esse arranjo não é à toa. Os kibutzim são estruturas em que o coletivo está acima do individual, cuja filosofia de igualdade não permite que questões pessoais se sobressaiam ao interesse de todos. Ao criar uma história sobre esse tipo de lugar, de espírito comunitário, Amós Oz inverte o foco, dando a cada indivíduo um destaque, dedicando-lhes um capítulo, em que explora seus sentimentos, suas relações na comunidade e, sobretudo, a solidão. Talvez seja essa a liga que une os personagens, além do fato de habitarem a mesma aldeia, o quanto são solitários, a despeito de todo o arranjo kibutziano que propicia uma vida compartilhada.

A estrutura narrativa escolhida para o livro é também uma extensão do seu tema, cuja forma e conteúdo entrelaçam-se. Poderia ser classificado como uma coletânea de contos, o que não é completamente, e se enquadraria também como romance, em uma narrativa linear, mas é fragmentado demais para encaixar-se completamente nesse conceito. Uma zona fronteira difusa dessas categorias, difícil de se encaixar, representa a realidade humana, num plano mais universal, mas fala, principalmente, de forma muito simbólica, sobre o contexto histórico, geográfico e cultural em que está inserido, de um Oriente Médio de difícil definição.

É assim que essa estrutura de relatos particulares está indissociável da realidade local do kibutz, obviamente, mas vai além, com todos os dramas sendo afetados em alguma medida pela história recente de imigração, guerra e colonização. É também simbólica e emblemática nessa construção estilística a presença das ruínas de uma aldeia árabe, Dir Adjlun, como será visto, localizada ao lado do kibutz Ikhat, como resultado da guerra de 1948 entre judeus e palestinos. A obra faz uma autorrepresentação do que é o livro nesse ambiente – mas não apenas nele – na fala de um dos personagens: “nossa situação aqui no mundo é ridícula, mas toca o coração” (Oz, 2014, p. 14).

4 A VITIMOLOGIA E O SENSO DE PERTENCIMENTO

Há intenso debate acerca das levas de imigrantes judeus para a Palestina a partir do final do século XIX e início do século XX (André, 2016; Levy, 2015; Marzouka e Mazurca, 2005). Não é objetivo deste trabalho, entretanto, adentrar nos detalhes dos movimentos sociais e políticos que favoreceram essa migração, mas entender, a partir da obra de Amós Oz, a percepção dos kibutzniks desse conflito e os desdobramentos desse entendimento em práticas

recorrentes do colonialismo, contrariando a ideologia de formação desses lugares. Para tal análise é fundamental pontuar que Amós Oz, para além de romancista, foi também um ativista político. Judeu, fundou o *Movimento Paz Agora*, em prol da criação do estado Palestino, defendendo a coexistência dos dois países. Sua obra, de diferentes maneiras, reflete a complexidade desse conflito. Segundo Schlesinger (2017, p. 2), “problemas que foram suprimidos nas primeiras décadas do Estado, tal como o mizrachi, os árabes, a diáspora, a Shoá, a mulher, entre outros, podem ser motes para análise” de Oz. De acordo com Kirschbaum (2009), é um diferencial da obra do escritor a presença árabe, que foi veementemente reprimida na primeira geração da literatura israelense. Segundo ele, é frequente em Amós Oz temas relacionados à justiça e equidade em relação à população palestina. Essa é a principal característica de sua obra:

Podemos observar que um sentimento de perplexidade face ao outro perpassa sua obra; o outro de quem pouco ou nada conhecemos, que é percebido como uma ameaça em potencial e, ao mesmo tempo, como detentor de um mistério que nos fascina; enfim, que faz surgir em nós um misto de atração-repulsão (Kirschbaum, 2009, p. 50).

É assim que, em *Entre amigos*, iremos nos deparar sempre com um outro que não se ajusta, muito embora haja um esforço para pertencer, sempre um elemento estranho, de alguma maneira, ao meio. A presença no kibutz é uma tentativa de criação de identidade ante um esfacelamento de tudo ao redor, de um não lugar: a origem em uma terra que não era vista pelo outro como sua, a migração para um lugar que também não era seu. A maior parte dos kibutzniks chegou à Palestina fugindo dos pogroms da Europa Oriental, em especial do império russo, onde estava a maior concentração de judeus no século XIX (Kirschbaum, 2009). O reconhecimento enquanto vítimas foi o vetor que possibilitou a cooperação para o desenvolvimento dos kibutzim, ironicamente fundamentadas nas ideias socialistas presentes no local do qual seus pioneiros foram expulsos.

Os membros do kibutz Ikhat, quando confrontados com os problemas da comunidade, tentavam resgatar a identidade de refugiados e a necessidade de manter uma coesão, apesar das discordâncias e tentativas de controle dos indivíduos pela comunidade. O capítulo *Entre Amigos*, que dá título ao livro, ilustra de forma tocante essa dualidade. A filha adolescente do personagem principal, Nahum Ashrov, sai de sua casa para viver com um homem mais velho, David Dagan, professor da escola local e um dos fundadores da comunidade, assim como Nahum. O capítulo descreve o conflito do pai, ante as ideias progressistas de coletividade que o motivou a criar o kibutz e o sentimento de posse em relação à filha. Na dúvida sobre como agir diante da situação, o pai lembra de um debate no início do movimento, em que os dois homens fizeram parte da mesma comissão que decidiu sobre a questão dos bebês da comunidade:

Nahum Ashrov lembrou o início de sua amizade com David Dagan: nos primeiros anos depois da fundação do kibutz. Todos moravam, tal era a penúria, em tendas fornecidas pela Agência Judaica e só os cinco bebês moravam no único barracão que lá existia. No jovem kibutz começou um debate ideológico sobre quem deveria dormir no barracão dos bebês, para atendê-los durante a noite: deveria haver um revezamento entre os pais dos bebês ou entre todos os membros do kibutz? Esse debate teve como origem uma divergência mais profunda entre dois conceitos: os bebês pertenciam, em princípio, aos pais ou a toda a comunidade do kibutz? (Oz, 2014, p. 36)

Venceu a ideia de que os bebês pertenciam à comunidade, nascendo assim a Casa das Crianças, estrutura comum em muitos kibutzim, encarado por muitos como um arroubo socialista. No ensaio *Como curar um fanático*, Amós Oz (2016, p. 22) assim descreve como a identificação como vítimas entre aqueles refugiados, à época, favoreceu o desenvolvimento dessas comunidades socialistas, até então únicas no mundo:

Na década de 1930 meu pai foi testemunha de um grafite rancoroso nos muros das cidades da Europa: “Judeus, voltem para a Palestina”. Hoje em dia, os mesmos muros gritam para nós: “judeus, saiam da Palestina”. Então, onde fica na Terra a pátria do povo judeu?”

Do ponto de vista criminológico, é importante notar que os estudos em vitimologia ganharam impulso justamente a partir do holocausto (Beristain, 2000; Kosovski, 2021; Fernandes, 2014; Josef, 2021). Kosovski (2021, p. 23) afirma que “a vitimologia como ciência tem em Benjamim Mendelssohn, judeu romeno, advogado sobrevivente de campo de concentração, o seu sistematizador e quem pela primeira vez empregou o termo vitimologia”. Embora o movimento de migração para a Palestina e origem dos kibutzim tenham iniciado antes do holocausto, eles foram resultados de um antissemitismo europeu que foi a origem desta perseguição, culminando com o extermínio nazista. O surgimento dessas comunidades foi intensificado após a perseguição alemã (Montoya Restrepo, 2006).

A análise dos membros do kibutz pode ser, também, um estudo em vitimologia, já que tal ciência parte do foco na vítima e da necessidade de “compreendê-las a partir da plenitude daquilo que eles viveram e não sob a perspectiva dos tiranos” (Vieira, 2011, p. 108). É aí que o conflito do personagem Nahum, do conto *Entre amigos*, ganha contornos mais dramáticos. Seu dilema não decorre de um âmbito apenas particular, a saída da filha para morar com um homem mais velho, mas dos “princípios kibutzianos” (Oz, 2014, p. 37). Tais princípios devem prevalecer sobre o âmbito pessoal porque são eles, na visão dos kibutziniks, que garantem a força e sobrevivência dessas vítimas, evitando o retorno para o local de vulnerabilidade de onde vieram.

Essa preocupação com as origens do kibutz, a própria existência da comunidade como resultado de uma agressão sofrida e, conseqüentemente, sua necessidade de preservação, – e as conseqüências pessoais desse entendimento – perpassa toda a narrativa do livro, ocupando de alguma forma as histórias dos diversos personagens. “Agora que a direção passou dos

pioneiros fundadores para Ioav e seus companheiros, o kibutz está condenado a deslizar lentamente para o status de pequena burguesia”, reflete o personagem Martin, no último conto, *Esperanto*. Um certo protecionismo que brota dessa preocupação das origens como refugiados irá conduzir a uma situação de paradoxo, já que é preciso defender o kibutz e suas origens. Mas defender de quem?

Amós Oz então trabalha de uma forma muito perspicaz a complexa situação dessas vítimas, que em nome da sobrevivência podem traçar o caminho para uma posição inversa da que sempre ocuparam. Kirschbaum (2009, p. 50-54) assim irá questionar esse dilema, não quanto ao kibutz apenas, mas em relação ao todo o estado judeu que acabara de nascer:

Com o estabelecimento, em 1948, do Estado de Israel, todos aqueles aspectos negativos, limitações e exclusões que haviam caracterizado a vida judaica na Europa foram invertidos: agora, são os judeus que detêm o poder político, que monopolizam o direito ao uso da força militar e policial, que definem o conteúdo dos direitos civis, que estabelecem critérios para o reconhecimento da cidadania; [...] Porém, esta nova situação suscita o desafio de uma inversão de posições: serão os judeus capazes, no Estado que controlam e governam, na condição de população hegemônica, de não submeter suas minorias às exclusões a que eles, judeus, eram submetidos na diáspora?

Talvez não seja adequado colocar a inversão do ponto de vista kibutziano nos mesmos termos do estado de Israel. Essas comunidades representavam um modo de vida alternativo, com ideologias políticas que contrastavam em muitos aspectos daquelas do poder estatal. Ainda assim, no microcosmo dessas pequenas sociedades, não só repousava o mesmo perigo da inversão de papéis que vigoraria no novo país, como essa lógica hegemônica foi o que possibilitou o surgimento de muitos kibutzim.

Essa mudança de posição evidencia aquilo que Flauzina (2017) chama de o privilégio de ser vítima, quando alguns grupos obtêm mais atenção e, portanto, mais alternativas de reparação quanto ao dano sofrido, do que outros que estariam em situação semelhante de dano. Tanto árabes como judeus foram perseguidos e deslocados de suas terras. Mas os rumos históricos demonstraram a vítima que teve prioridade.

Não há questionamento quanto à gravidade do holocausto e aos crimes de estado cometidos pela Alemanha e por todas as nações europeias que apoiaram e promoveram pogroms contra os judeus. Entretanto, em um movimento digno de ficção, a vítima une-se ao antigo algoz, promovendo crimes de estado semelhantes àqueles sofridos anteriormente (Al-Hindi, 2023). É bom frisar, entretanto, que os movimentos históricos não podem ser simplificados como em equações matemáticas elementares. A associação de Israel com a Europa era vista pelos judeus também como um ato de justiça restaurativa. Theodor Herzl (1997), idealizador do movimento sionista – surgido no final do século XIX, originado com a intenção de organizar os judeus em torno da criação de um Estado judaico – foi responsável em parte pela criação desse estado, ao justificar a escolha do local ao sultão da Turquia,

compromete-se a sanear as finanças da Turquia e “para a Europa, formaríamos ali parte integrante do baluarte contra a Ásia: constituiríamos a vanguarda da cultura na sua luta contra a barbárie. Como Estado neutro, manteríamos relações com toda a Europa que, por sua vez, teria de garantir nossa existência” (Herzl, 1997, p. 22).

Fica delineado como as condições para criação desse estado dependiam de uma aliança com as potências colonialistas e, assim, esse novo país não tinha como diferir em muito dos seus apoiadores. Do ponto de vista judeu, no entanto, parecia ser o preço a pagar. Em um círculo vicioso de opressão e compensação, a conta cairia no colo de outra vítima. O kibutz é o microcosmo que ilustra essa lógica, pois seus ideais de igualdade, para se concretizarem, implicavam na exclusão natural de quem não pertencesse ao grupo.

5 IGUALDADE, EXCLUSÃO E PODER NA SOCIEDADE UTÓPICA

A necessidade ferrenha de manter os princípios norteadores de igualdade dos kibutzim tinha uma tendência, como é conhecido na história política mundial, em gerar situações de extremismo que, ironicamente, feririam esses mesmos princípios. Todos os contos/capítulos da obra deixam entrever este paradoxo, de formas variadas. O conto *Pai* pode ser um exemplo da gênese de um ambiente propício à opressão de minorias e os crimes que daí resultam.

De acordo Walklate (1990), em seus estudos sobre vitimologia crítica, o poder nas relações interpessoais é elemento importante no processo de vitimização, demonstrando como as práticas diárias podem refletir essa lógica estrutural de dominação e, conseqüentemente, a violação de direitos. Embora os kibutzim não funcionassem com base em sistemas hierárquicos, já que suas estruturas de decisão partiam de deliberações coletivas, por meio das assembleias, existia um claro sistema de poder proveniente das relações. Amós Oz exemplifica em algumas histórias como se davam essas relações assimétricas.

No conto *Entre amigos*, um pai relembra como o professor David Dgan, mantinha uma influência sobre as decisões da assembleia: “Quase todos nós aceitávamos sua autoridade em questões ideológicas e da vida cotidiana, pois ele era dotado de um agudo senso de lógica e de uma irresistível capacidade de persuasão” (Oz, 2014, p. 31). O professor, de cinquenta anos, mantinha um relacionamento com a filha adolescente (então com dezessete anos), deste pai retratado no conto. A narrativa fala como os membros do kibutz discordavam da atitude do professor quanto ao relacionamento, que consideravam abusivo, mas ninguém, sequer o pai, tinha coragem de levar o caso à assembleia, considerando o poder de influência que o professor exercia.

Esse mesmo personagem irá surgir no capítulo *Pai*, representando mais uma vez esse poder que coage e força os mais vulneráveis à aceitação de sua vontade, sendo a representação do poder estatal ante o indivíduo e os abusos decorrentes dessa relação desigual. A história

trata de um adolescente, Moshe, que é recém-chegado no kibutz. Sua família não é da comunidade, ele foi para o kibutz porque perdeu a mãe, seu pai ficou inválido e vivia internado em um hospital na cidade. Aqui fica evidente como a igualdade pregada era seletiva, condicionada não apenas a uma subordinação aos princípios do local, mas também sujeita a limitações étnicas e culturais não explícitas. Moshe era um judeu oriental, natural na Palestina, não fazia parte do grupo de imigrantes/refugiados, pertencendo a um grupo de judeus religiosos. Há uma tentativa clara por parte do professor Dagan e demais educadores de torná-lo igual, o que implica que ele renuncie a algumas características próprias de sua comunidade: “De modo geral, sou muito otimista em relação aos judeus orientais. Vamos ter de investir muito neles, mas é um investimento que vai valer a pena. Dentro de uma ou duas gerações eles serão exatamente como nós” (Oz, 2014, p. 47).

Moshe era considerado uma espécie de membro de segunda classe. Embora os princípios do kibutz pregassem a igualdade, havia uma aceitação diferente quanto àqueles cujas origens estavam relacionadas à condição de vítimas. Estes últimos eram fortes e destemidos, como a própria história confirmava, representavam essa nova sociedade, do futuro, diferente dos judeus arcaicos da Jerusalém ortodoxa. Moshe sabia dessa condição e sempre respondia “numa voz baixa e monocórdia, como sempre dizia a quem lhe perguntasse” (Oz, 2014, p. 49) sobre sua origem. Assim, ao solicitar autorização ao professor Dagan para visitar o pai na cidade, a autorização é conferida a título de concessão, como se não houvesse um direito, mas uma benesse desta autoridade. Aqui é possível fazer, de forma sutil, uma analogia com aquele direito vago e impreciso dos refugiados de que fala Agamben, que não estavam vinculados a uma cidadania (Agamben, 1995; Ruiz e Molina, 2022). Em *Um menino*, uma criança sofre agressões de seus colegas por ser “baixo, lento e medroso [...] não sabia reagir aos que o perseguiam” (Oz, 2014, p. 64).

Em episódio do capítulo *Dir Adjlan*, o mesmo Dagan impõe suas condições para a aprovação da saída de um dos integrantes do kibutz para estudar. Essas micro relações de poder no kibutz são uma representação do que ocorre nas sociedades quando há concentração de poder. David Dagan incorpora o estado. Em nome da segurança, unidade ou combate aos inimigos perpetra uma série de crimes contra os vulneráveis e jovens frágeis que não se ajustam ao kibutz. O personagem é descrito com “sua postura ereta, era quase militar, os ombros eram quadrados e fortes” (Oz, 2014, p. 110). O rico na literatura de Amós Oz é que este personagem não é necessariamente um vilão, ele tem interpretações dúbias por parte dos membros do kibutz, muitos acreditam que ele é um defensor da comunidade e suas ideias representam a forma correta de agir em nome da sobrevivência. Assim o personagem expressa seu pensamento:

Mas todo judeu da geração em que aconteceu o Holocausto e dos anos seguintes ao estabelecimento do Estado de Israel, cada um de nós deve considerar a si mesmo uma pessoa mobilizada para uma missão. Estes são os anos mais críticos em toda a história do povo judeu (Oz, 2014, p. 110)

Não é uma visão maniqueísta, mas dotada de muita persuasão. Ao utilizar o kibutz como uma representação da sociedade, em que Dagan é a encarnação estatal, pode-se encontrar as mesmas justificativas dos crimes perpetrados pelo estado. Zaffaroni (2012) elenca algumas destas justificativas, em analogia aos estudos criminológicos sobre neutralização da responsabilidade. Um deles, em especial, o autor considera a desculpa por excelência nos crimes estatais: princípios elevados. Segundo ele, a segurança se apresenta como um desses valores mais utilizados como escudo para as condutas criminosas do estado.

David Dagan é o protótipo do líder extremista e populista, capaz de promover tais crimes. É descrito por um dos personagens como “um homem de princípios e de opiniões categóricas e que estendia sua proteção paternal a ele e a todos” e que utilizava o termo “bonzinho [...] aos que rejeitavam a necessária crueldade da revolução” (Oz, 2014, p. 51). Assim como na realidade, o perigo encontra-se muitas vezes nas entrelinhas, e Amós Oz não entrega um perfil explícito desse personagem tão fundamental na vida do kibutz Ikhat. Ele sequer desempenha um papel de protagonista nos oito contos. Esta é a perspicácia do autor, reproduzir com sutilezas essa realidade de um poder extremo e sedutor, como são os estados perpetradores de crimes.

6 REFUGIADOS E/OU COLONIZADORES? A ONIPRESENÇA ÁRABE

Partindo dessa análise íntima, do interior do kibutz por meio dos dramas pessoais, percebe-se, numa primeira camada, como aquele ambiente reproduz uma realidade universal, de uma sociedade que mantém relações desiguais de poder e qualifica seus componentes por ordem de preferência. Ampliando esse escopo para a região em que os kibutzim estão inseridos, é possível se deparar com questões ainda mais complexas e incômodas, uma representação das relações entre as sociedades, em especial aquelas oriundas do colonialismo.

Ao longo de todo o livro a questão árabe palestina está onipresente. Embora nenhum personagem lide especificamente com o assunto, ele é evidenciado através de memórias, preocupações e rotinas, de forma muito simbólica. No já mencionado conto *Entre amigos*, o tempo narrativo se passa entre a decisão do pai, Nahum Ashrov, em ir à casa do professor e suas reflexões durante o caminho, até o encontro entre eles. Ao sair de casa, ele leva um livro de árabe, lembrando o momento em que ficou satisfeito ao saber que a filha “tinha estudado, por conta própria, a língua árabe” (Oz, 2014, p. 30). Não fica claro a intenção da moça em estudar o idioma, mas sabe-se que ela demonstrava inteligência e dedicação em tudo que fazia. Ao decidir unir-se ao professor (a representação evidente do poder e controle na comunidade),

aparentemente ela abandona esse aprendizado. Durante todo o caminho o pai aperta “com o braço, de encontro ao coração, o livro que estava embaixo do casaco” (Oz, 2014, p. 38). Esse livro pode representar uma sensibilidade abandonada para com o outro no momento em que se obtém o poder estatal.

No capítulo de abertura, *O rei da Noruega*, que narra a história de um aficionado por tragédias, Tzvi Provizor, as tensões com os vizinhos são motivo de debate acalorado. É perceptível que o entendimento sobre os vizinhos é aquele da visão ocidental, de obstinação e selvageria:

reclamava de seu canto que as operações de retaliação do exército israelense só faziam aumentar o banho de sangue, porque vingança puxa vingança, e represália puxa represália. Os outros reagiam imediatamente investindo sobre ele e o repreendendo: “O que é que você está dizendo, com eles não se pode ficar calado, a contenção e a conciliação só aumentam o atrevimento dos árabes” (Oz, 2014, p. 10).

Em *Um menino*, o momento de travessura na Casa das Crianças denuncia o entendimento passado às novas gerações ante o conflito na região: “os meninos enrolaram as cabeças em cobertores e assustavam as meninas dizendo: nós somos árabes, vamos atacar agora. [...] uma delas, Atida, encheu uma garrafa com água e jogou sobre os árabes. Logo irrompeu uma briga” (Oz, 2014, p. 71). Essa simplificação de como os árabes eram vistos na relação judeus/palestinos é o símbolo de uma construção que ainda persiste, até infantilizada, que apresenta uma massa amorfa de inimigos cruéis e bárbaros. É o que Said (1992) chama, em seu livro *A questão palestina*, de problema da representação, reproduzindo a lógica do orientalismo, criada pelo ocidente. Segundo ele,

O palestino não pode ser ouvido (ou representar a si mesmo) no palco do mundo. Assim como o orientalista acreditava que somente ele podia falar (paternalista que era) pelos nativos e pelas sociedades primitivas que estudara - a presença daquele denotava a ausência destes, os sionistas falavam ao mundo em nome dos palestinos (SAID, 1992, p. 45).

Esta mentalidade era reforçada na mente dos kibutziniks com a autoimagem de vítimas e pela identificação desses árabes como os novos opressores. Mas, embora muitos kibutzim tivessem se originado de aquisição regular de terras, outros ocupavam espaço de antigos proprietários árabes que foram expulsos durante a guerra, após o estabelecimento do estado de Israel. O kibutz Ikhat, criado por Amós, tinha essa origem trágica, e é relatado no conto *Dir Adjlun*:

[...] tinha sido gravemente ferido na noite em que o kibutz Ikhat fora conquistado e inteiramente queimado por uma multidão de árabes vindos de Dir Adjlun e das aldeias vizinhas. Depois de seis semanas a sorte virou e Dir Adjlun foi destruída pelo exército israelense, todos os seus habitantes foram expulsos para as montanhas e suas terras divididas entre os kibutzim da região (Oz, 2014, p. 113).

Este capítulo, *Dir Adjlun*, traz uma representação sobre o paradoxo da origem do kibutz diante dos antigos habitantes da região. A história trata do pedido do jovem Iotam para ir estudar na Itália, onde o tio residia e este iria custear seus estudos. Era o kibutz que decidia em quais cursos os jovens poderiam ingressar, determinando também o período em que o fariam, de forma a não prejudicar o trabalho na comunidade a atender às necessidades de formação que atendessem aos interesses da comunidade.

Iotam sentia-se asfiziado por todo esse ambiente de controle do kibutz e Amós Oz utiliza inúmeras metáforas relacionadas ao clima para transmitir a sensação do personagem, como “em um dia acachapado e opressivo”, “um cheiro pesado e opressivo”, ou “tudo respirava no escuro sob a opressão de um calor denso e sufocante” (Oz, 2014, p. 95/100/102). Em vários momentos da narrativa, em que o clima parecia insuportável, é pontuada a visão da comunidade árabe: “pela janela viam-se as colinas entre as quais se escondiam as ruínas da aldeia árabe abandonada, *Dir Adjlun*” (Oz, 2014, p. 102). Iotam via nessa aldeia um refúgio, ia lá para pensar, aliviar a tensão, refletir. Em meio ao calor sufocante, de “*Dir Adjlun* descia um sopro de árida secura” (Oz, 2014, p. 101). Sempre que o jovem passeava entre as ruínas, sentia como se algo ainda queimasse lá, a memória da tragédia muito viva, “cheiro de espinheiro queimado”, “uma reverberação de cheiro de fumaça no ar” (Oz, 2014, p. 101/114).

A crise existencial do jovem que pensa em deixar o kibutz aparece amalgamada com as ruínas que representam os refugiados palestinos. Sua ansiedade de libertação encontra identificação com “os resquícios fuliginosos da mesquita decepada” (Oz, 2014, p. 114). A crise de Iotam representa a própria crise de existência do kibutz, um lugar de amparo aos refugiados, que surgiu a partir da criação de mais refugiados, deixando um rastro de crimes que dificilmente são esquecidos, constantemente fumegando na colina em frente.

A desapropriação da população palestina segue o *modus operandi* colonialista do ocidente, que estabelece uma divisão da humanidade entre os povos civilizados e os bárbaros. Estes últimos, obviamente, precisam se submeter em nome da civilização. Quem faz as vezes de colonizador atua no sentido de reparar os mesmos crimes sofridos, porém não contra o verdadeiro agressor.

É nesse sentido que Tragtenberg (2003, p. 3) irá argumentar, em relação a proposta de Theodor Herzl de criação do estado judeu ao sultão turco, que “o sionismo [está] colocado no quadro das políticas imperialistas europeias. O texto aprovado significava no pensamento dos fundadores: visar a autonomia da Palestina judia sob a soberania do sultão com a garantia das grandes potências”. O texto de Herzl em nenhum momento fazia menção à população árabe que já vivia no território a ser ocupado. Collins e Lapierre (2007), por sua vez, irão argumentar que o Império Britânico, que governava a palestina quando da criação de Israel, tinha se comprometido de forma isolada com ambos, judeus e árabes, prometendo a cada qual apoio à

criação dos respectivos estados, de forma a manter sua influência na região, qualquer que fosse o resultado da partilha. Amós Oz, no ensaio *Como curar um fanático*, assim expressa o ciclo colonial na região:

a Europa está envolvida historicamente, em mais do que uma só maneira, na tragédia de israelenses e árabes. Tanto israelenses como árabes, de dois modos distintos, foram no passado vítimas da Europa: os árabes pelo colonialismo, o imperialismo, a exploração e a humilhação. Os judeus pela discriminação, perseguição, pelos pogroms e finalmente pelo pior genocídio sistemático da história. [...] Dois filhos do mesmo e violento pai nem sempre se amam. Muitas vezes um vê no outro a imagem do pai cruel. E isso acontece frequentemente entre judeus e árabes no Oriente Médio hoje em dia. Muitos árabes não conseguem ver que os judeus israelenses são vítimas como eles, um bando de semi-históricos refugiados e sobreviventes, enquanto muitos judeus tendem a enxergar os árabes como não mais do que uma encarnação de seus opressores no passado, antissemitas, fazedores de pogroms, nazistas envoltos em kaffiahs (Oz, 2016, p. 25).

Dir Adjlun e Iotam representam, de forma sensível, essas duas realidades trágicas e complexas. O kibutz em sua perplexidade existencial ante as ideias de justiça e igualdade, confrontado diariamente com as ruínas fumegantes. Os árabes palestinos que ficaram apenas com os destroços, incluindo o desejo de vingança, e uma onipresença na consciência dos vizinhos. Assim termina o conto, com Iotam à beira de um poço, nos destroços de Dir Adjlun:

Ele se inclinou sobre a boca do poço, mas dentro dele viu só escuridão e pareceu-lhe ouvir certo rumor sempre igual e contínuo, o rumor de um mar distante, como aquele que se ouve quando se leva uma concha ao ouvido. Por um momento teve a impressão de que já abandonara o kibutz e saíra para uma vida nova, uma vida onde não há comitês nem assembleias nem opinião pública nem a sina dos judeus (Oz, 2014, p. 114).

O conto final, por sua vez, representa de forma melancólica a tentativa de uma solução a essa dualidade trágica. Conta a história de Martin, professor de Esperanto do kibutz. A língua que ensinava, segundo ele, representava a esperança de que por meio da linguagem a humanidade encontrasse a unidade que garantiria a paz universal. “Acreditava na abolição de todos os estados nacionais e numa fraternidade mundial e pacifista que se libertaria depois que as fronteiras entre os povos fossem eliminadas” (Oz, 2014, p. 117). Era ele quem, nas assembleias, “lembrava a todos com que objetivo fora criada essa instituição e quais eram seus ideais originários” (Oz, 2014, p. 118). Ao final do livro, Martin, que representava a esperança no fim da opressão, dos conflitos e da segregação que testemunhou durante a vida inteira, passando pelo terror judaico do holocausto e a tragédia de expulsão dos palestinos, morre.

O encerramento melancólico simboliza o fim da utopia do kibutz. Concebido originariamente como uma nova sociedade, a semente de um mundo livre dos males capitalistas da desigualdade, acabaria em poucos anos, nas palavras de Martin, “não mais do que bairros-jardins bem cuidados e seus habitantes serão seus proprietários, inflados de prazer” (Oz, 2014, p. 124).

7 CONCLUSÃO

Por meio da obra *Entre amigos* é possível observar, de um ângulo próprio, o contínuo ideológico que há não apenas entre o Direito e a Literatura, mas de forma transdisciplinar entre tantas outras áreas, como a sociologia e a ciência política, a título de exemplo. A construção da utopia está no texto literário e de forma semelhante no jurídico, em que o dever ser é uma tentativa de criação da sociedade ideal, previsível e regulada. O surgimento do kibutz é, assim, tanto uma experiência sociológica como jurídica, ao tentar concretizar essa idealização, e seu desenvolvimento acaba por reproduzir muito do experienciado pela humanidade em termos de opressão e violação de direitos.

As histórias narradas na obra representam a constante tensão verificada no Direito, entre a regulação de uma coletividade e o respeito às liberdades individuais, com as violações que daí podem resultar. Os dramas individuais simbolizam e projetam, para além da tentativa de construção de uma utopia, a possibilidade de supressão de direitos justificada por razões utópicas.

Por meio do texto literário desta obra é possível aproximar-se da realidade peculiar do kibutz, dificilmente experienciada de outra forma, já que mais restritas as possibilidades de conversar com habitantes reais ou mesmo visitar uma dessas comunidades. O contato com essas histórias permite compreender os paralelos desse microcosmo do kibutz com aquelas encontradas de forma mais ampla, entre as nações, e de maneira emblemática na complexa encruzilhada do Oriente Médio. Ao falar da construção de uma comunidade de refugiados que se origina gerando mais refugiados, a obra consegue dar um vislumbre de como tantas construções criminológicas surgem e são chanceladas, sejam as percepções de algozes ou vítimas, como as ideias que justificam os crimes de estado, sob pretextos tão bem-intencionados, como segurança, coletividade ou progresso.

A escrita de Amós Oz representa a potencialidade que a literatura tem não apenas de construir mundos ideias, do dever ser, mas de alertar sobre os perigos ocultos sob o manto do otimismo. É possível ter uma visão privilegiada sobre a gênese dos extremismos que desembocam em um mundo assimétrico, desde as relações individuais até o relacionamento entre as nações. Também é possível vislumbrar o desenrolar de processos complexos, como as alternâncias de posição, de vítima para opressor, ou, melhor, entender que esses papéis são difíceis de determinar, já que as fronteiras são mutantes, a depender de onde se vê. Assim como a própria literatura.

REFERÊNCIAS

- AL-HINDI, Marya et al. *Criminalising Palestinians: History and Borders in the Construction of the Palestinian Threat*. International Journal for Crime, Justice and Social Democracy, v. 12, n. 2, p. 36-46, 2023.
- ANDRE, Thaily Viviane. *O Yishuv e o Holocausto: a Relação Entre o Proto-Estado Judeu e o Extermínio dos Judeus na Diáspora*. Vértices, n. 19, p. 26-50, 2016.
- AGOZINO, Biko. *Imperialism, crime and criminology: Towards the decolonisation of criminology*. Crime, Law and Social Change, v. 41, p. 343-358, 2004.
- AMARAL, Felipe Barata; CHAVES, Ernani Pinheiro. *Freud, Dostoiévski e a ética da renúncia*. Clínica & Cultura, v. 5, n. 2, 2016.
- AUERBACH, Erich. *Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental*. Editora Perspectiva S/A, 2021.
- BACON, Francis. *The Advancement of Learning / Novum Organum / New Atlantis*. Great Books Vol. 30. Chicago: Encyclopedia Britannica, 1952.
- BARTHES, Roland. *Aula: aula inaugural da cadeira de semiologia literária do Colégio de França*. São Paulo: Cultrix, 2013.
- BAUMAN, Zygmunt; MAZZEO, Riccardo. *O elogio da literatura*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.
- BELLAMY, EdwardHG. *Looking Backward: 2000–1887*. Harvard University Press, 1967.
- BERISTAIN, Antonio. *Nova Criminologia à Luz do Direito Penal e da Vitimologia*. Tradução de Cândido Furtado Maia Neto, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.
- BITTENCOURT, Renato Nunes. *As influências de Tolstói e de Dostoiévski na análise nietzschiana sobre a gênese da experiência crística*. Ítaca, n. 15, 2010.
- BRUNER, Jerome Seymour. *Fabricando histórias: direito, literatura, vida*. 2002.
- COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas. *O parricídio na obra de Freud*. Cógito, v. 12, p. 69-73, 2011.
- CALVINO, Italo. *Seis propostas para o próximo milênio: lições americanas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CAMPANELLA, Tommaso. *A cidade do sol: diálogo poético*. WMF Martins Fontes, 2022.
- CALLENBACH, Ernest. *Ecotopia: A Novel*. New York: Bantam Books, 1975
- COLLINS, Larry; LAPIERRE, Dominique. *O Jerusalem!*. Simon and Schuster, 2007.
- DA SILVA, Leonardo Luiz Silveira. *O embate entre Edward Said e Bernard Lewis no contexto da resignificação do Orientalismo*. Antropolítica-Revista Contemporânea de Antropologia, n. 40, 2016.

FERNANDES, David Augusto. *Direitos humanos e vitimologia: uma nova postura da vítima no direito penal*. Revista da Faculdade de Direito da UFMG, n. 64, p. 379-411, 2014.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro; DA SILVA FREITAS, Felipe. *Do paradoxal privilégio de ser vítima: terror de Estado e a negação do sofrimento negro no Brasil*. Revista brasileira de ciências criminais, n. 135, p. 49-71, 2017.

GHIRARDI, José Garcez. *Prisões, bordéis e as pedras da lei: ensaios em Arte e Direito*. Belo Horizonte, MG: Editora Del Rey, 2020.

HERZL, Theodor. *O Estado Judeu*. São Paulo: Poeteiro Editor Digital, 1997.

HUGO, Victor. *Os miseráveis*. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

HUNT, Lynn. *A invenção dos direitos humanos: uma história*. Editora Companhia das Letras, 2009.

JOSEF, Jorge. *Holocausto: origem da vitimologia*. Temas de vitimologia II. Coordenadores: Ester Kosovski, Heitor Piedade Júnior. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

KARAM, Henriete. *Questões teóricas e metodológicas do direito na literatura: um percurso analítico-interpretativo a partir do conto Suje-se gordo!, de Machado de Assis*. Revista Direito GV, v. 13, p. 827-865, 2017.

KIRSCHBAUM, Saul. *Amós Oz: a perplexidade da inversão de posições*. WebMosaica, v. 1, n. 1, 2009.

KOSOVSKI, Ester; JUNIOR, Heitor Piedade (Ed.). *Novos estudos de Vitimologia*. Letra Capital Editora LTDA, 2021.

KOSTENWEIN, Ezequiel. *Kafka, from Literature to a Criminology of Desertion*. Vox Juris, v. 39, p. 190, 2021.

LEVY, Sofia Débora. *Sionismo, Holocausto e revisionismo: uma análise crítica*. WebMosaica, v. 7, n. 2, 2015.

MARQUEZ, Gabriel Garcia. Gabriel García Márquez– Nobel Lecture. *The Solitude of Latin America*, 8 de dezembro de 1982. Disponível em: <https://www.nobelprize.org/prizes/literature/1982/marquez/lecture>. Acesso em: 02/01/2024.

MARZOUKA, Nelly; MAZURCA, Ricardo. *Memoria colectiva y holocausto palestino*. Psicologia para América Latina, n. 4, p. 0-0, 2005.

MONTOYA RESTREPO, Iván A.; DÁVILA DÁVILA, Celia. *O kibutz desde o período pré-estatal (1945-1948) até finais do século xx*. Innovar, v. 16, n. 28, p. 129-156, 2006.

MORE, Thomas. *Utopia*. São Paulo: Penguin-Companhia, 2017.

MORRIS, William. *Notícias de lugar nenhum: ou uma época de tranquilidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

OZ, Amós. *Amós Oz e o poder dos livros: 'Vale a pena tentar' – Entrevista*. Tudo Prosa, 7 de novembro de 2011. Disponível em: <https://todoprosa.com.br/amos-oz-e-o-poder-dos-livros-vale-a-pena-tentar>. Acesso em 02/01/2024.

OZ, Amós. *Entre Amigos*. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

OZ, Amós. *Como curar um fanático: Israel e Palestina: entre o certo e o certo*. Editora Companhia das Letras, 2016.

RAMIRO, Caio Henrique Lopes. *O papel da literatura na construção do saber jurídico: entre o universo discursivo eo do poder*. Anamorphosis: Revista Internacional de Direito e Literatura, v. 8, n. 2, p. 5, 2022.

RUIZ, Castor Mari Martín Bartolomé; MOLINA, Carolina Reyes. *Os Refugiados, uma Vida Cindida Entre o Humano e o Cidadão -Um diálogo com Giorgio Agamben*. Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis, v. 19, p. 01-23, 2022.

SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Editora Companhia das Letras, 2007.

SCHLESINGER, Juliana Portenoy. *As vozes silenciadas: Entre amigos, de Amós Oz*. Arquivo Maaravi: Revista Digital de Estudos Judaicos da UFMG, v. 11, n. 20, p. 171-178, 2017.

SOUZA, Cláudia Franco. *Dostoiévski, Nietzsche e Freud e o mal-estar na consciência*. Actas das Jornadas de Jovens Investigadores de Filosofia, p. 39. 2010.

SOYINKA, Wole. *This Past Must Address Its Present*. Nobel Lecture, 8 de dezembro de 1986. Disponível em: <https://www.nobelprize.org/prizes/literature/1986/soyinka/lecture/>. Acesso em: 02/01/2024.

TRAGTENBERG, Maurício. *Memorian, Textos Políticos*. In: A dialética do sionismo. Revista Espaço Acadêmico, v. 2, n. 22, p. 1-10, 2003.

VIEIRA, André Luiz Valim. *Vitimologia e a Periculosidade Vitimal: Breve Análise Acerca dos Distúrbios de Personalidade Passivo-Agressiva*. In: DE FREITAS, Marisa Helena Darbo Alves; JUNIOR, Roberto Galvão Faleiros. *Estudos Contemporâneos de Vitimologia*. São Paulo: Cultura Acadêmica: Editora UNESP, 2011.

WALKLATE, Sandra. *Researching victims of crime: Critical victimology*. Social Justice, v. 17, n. 3, p. 25-42, 1990.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *El crimen de Estado como objeto de la criminología*. Derechos humanos, reflexiones desde el Sur, p. 1-19, 2012.

Idioma original: Português
Recebido: 25/07/24
Aceito: 14/03/25